

Aviso n.º 9011/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Emília Semedo Mendes Miranda, natural de Neves, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 8 de Novembro de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

28 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 9012/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carla Victória Pacavira Carlos, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 13 de Fevereiro de 1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

28 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 9013/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Benício Vaz, natural de Calequissé, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 27 de Janeiro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

28 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 9014/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Conceição Cabral de Barros Semedo, natural de São Nicolau Tolerino, República de Cabo-Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 19 de Dezembro de 1973, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

28 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 21 739/2005 (2.ª série). — Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 54/94, de 24 de Fevereiro, e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º do despacho n.º 17 088/2005, de 9 de Agosto, determino que sejam nomeadas para a comissão de selecção do curso de Política Externa Nacional as seguintes personalidades:

Embaixador Filipe Guterres;
General Freire Nogueira;
Prof. Doutor João Amador;
Prof.ª Doutora Paula Escaramela.

14 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Despacho n.º 21 740/2005 (2.ª série). — Considerando que o curso de Política Externa Nacional (CPEN) tem por finalidade valorização e aprofundamento de conhecimentos dos seus auditores, tal como está explicitado no artigo 2.º, alíneas a) e b), do respectivo regulamento, e que os horários do CPEN foram decididos tendo em vista causar a menor turbulência possível no funcionamento dos serviços aos quais os auditores estejam adstritos, determino que a frequência do CPEN seja absolutamente obrigatória para todos os fun-

cionários diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros com a categoria de adido de embaixada.

O aproveitamento neste curso será necessariamente tido em devida consideração para efeitos de avaliação dos referidos funcionários.

14 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 21 741/2005 (2.ª série). — Nomeação, em comissão de serviço, no cargo de subdirector-geral, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC). — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, encontrando-se preenchidos os requisitos legais exigíveis e considerando o currículo em anexo demonstrativo da competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções inerentes ao cargo em que é investido, nomeio o licenciado João Manuel Almeida de Sousa para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, inclusive.

28 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome: João Manuel Almeida de Sousa.

Data de nascimento: 6 de Dezembro de 1948.

Naturalidade: Lisboa.

Formação académica: licenciado em Finanças pelo ISCEF, 1972.

Experiência profissional:

1973-1975 — nomeação e ingresso como funcionário do quadro técnico superior da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;

1975-1977 — desempenho de funções em várias alfândegas, nomeadamente na alfândega do Aeroporto de Lisboa e como chefe da delegação aduaneira de Olhão;

1977-1985 — transferido para os serviços centrais da DGAIEC, onde desempenhou funções nas áreas pautal, nomenclaturas, origens, acordos preferenciais. Participou na implementação do Acordo EFTA/Espanha de 1980 e dos protocolos adicionais ao Acordo CEE/Portugal de 1972, na preparação das primeiras pautas aduaneiras portuguesas no período pré-adesão e na preparação da adesão de Portugal às Comunidades Europeias; 1985-1988 — chefe da Divisão de Origens e Relações Externas, período durante o qual foi coordenador do grupo de trabalho para a simplificação dos processos de desalfandegamento, coordenador do grupo de trabalho para a criação de uma nova pauta de serviço e representante no Comité de Origem na Comissão Europeia;

1989-1998 — administrador principal na Comissão Europeia, Serviços de Estatística (Eurostat), tendo desempenhado funções na área das estatísticas do comércio extra e intracomunitário. Foi responsável pelo sector da metodologia das estatísticas do comércio extracomunitário;

1998-2000 — inspector principal no Gabinete de Auditoria Interna da DGAIEC, tendo efectuado e acompanhado várias auditorias aos serviços. Neste período prestou, ainda, apoio ao grupo de cooperação aduaneira durante a presidência portuguesa da União Europeia no 1.º semestre de 2000;

2000-2005 — director dos Serviços de Tributação Aduaneira da DGAIEC. Neste período foi criada a versão Internet da pauta de serviço, foi relançado o grupo de trabalho dos países da CPLP sobre o sistema harmonizado, foram elaborados ou actualizados os manuais de Origem Preferencial e não Preferencial, do Valor Aduaneiro, dos Contingentes e Suspensões Pautais, das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado, dos Pareceres de Classificação da OMA e o manual das Decisões de Classificação Pautal. É representante em vários comités da Comissão Europeia, nomeadamente o Comité da Nomenclatura (NC) e o Comité de Chefes de Unidade das Pautas Aduaneiras.